

Despacho (extrato) n.º 889/2018

Por despacho de 08.01.2018 do Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade na categoria, da Assistente Técnica Manuela Armanda Dias Câmara Carvalho e Melo, nos termos do n.º 3 do artigo 99.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, passando a mesma a integrar o mapa de pessoal deste Serviço, com efeitos a 01-01-2018.

10 de janeiro de 2018. — O Coordenador do Gabinete de Recursos Humanos, *António José dos Santos Carvalho*.

311052614

JUSTIÇA**Polícia Judiciária****Aviso n.º 1050/2018**

Para cumprimento do disposto na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, faz-se pública a lista nominativa dos trabalhadores do mapa de pessoal da Polícia Judiciária que cessaram funções no período compreendido entre 1 de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017:

Por motivo de aposentação:

João Carlos Vieira Carreira, Coordenador Superior de Investigação Criminal, Escalão 3, em 01-02-2017;
Margarida Isabel Telles de Jesus Santos, Especialista Auxiliar, Escalão 6, em 01-02-2017;
Gisela Maria Gracias Ramos Rosa, Especialista Superior, Escalão 3, em 01-04-2017;
João Augusto de Andrade, Assistente Operacional, em 01-05-2017;
Francisco Pedro Teixeira Palmeiro Mota, Especialista Auxiliar, Escalão 6, em 01-07-2017;
Henrique Manuel Pereira Fernandes Palheira, Especialista Auxiliar, Escalão 6, em 01-07-2017;
Adriano José Nunes Gomes, Inspetor-Chefe, Escalão 4, em 01-08-2017;
Clara Maria Morais da Costa Antunes, Especialista Auxiliar, Escalão 8, em 01-08-2017;
Mário Melo Évora Ramos, Especialista Auxiliar, Escalão 4, em 05-08-2017;
Vitor Manuel Lamosa de Melo, Inspetor, Escalão 6, em 01-10-2017;
Maria Madalena Ratto de Magalhães Roque, Especialista Adjunta, Escalão 9, em 01-10-2017;
Manuel Rodrigues da Silva, Especialista Auxiliar, Escalão 2, em 01-10-2017;
Maria da Conceição Ferreira Quinteiro Rebelo, Assistente Operacional, em 01-10-2017;
Luís Óscar Morais, Inspetor, Escalão 8, em 01-11-2017;
João Paulo Seguro Cardoso, Especialista Adjunto, Escalão 9, em 01-12-2017;
Jorge Carlos Rebelo Machado, Segurança, Escalão 9, em 01-12-2017;
Luís Manuel Guerra Paquete Machado, Especialista Auxiliar, Escalão 5, em 01-12-2017;

Por motivo de reforma:

Ana Maria Fonseca Marquez Sotelo, Assistente Operacional, em 26-11-2017;

Por motivo de falecimento:

Vitor Manuel Frade Henriques, Especialista Auxiliar, Escalão 3, em 18-01-2017;
Luís Manuel da Rocha Pinto, Inspetor-Chefe, Escalão 1, em 28-10-2017;
Fernando Raul Santos Figueiras, Inspetor, Escalão 8, em 04-11-2017;
Luís Manuel Lourenço Nunes, Segurança, Escalão 7, em 23-11-2017;

10 de janeiro de 2018. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, Chefe de Área.

311054153

Despacho (extrato) n.º 890/2018

Por despacho de Sua Excelência a Ministra da Justiça de 29.12.2017:

Foi autorizada a prorrogação da licença especial para exercício de funções em Macau à Lic. Maria de Lurdes Machado Costa, inspetora da Polícia Judiciária, pelo período de dois anos, a partir de 22.12.2017, nos

termos do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de janeiro de 2018. — Pela Diretora da Unidade, *João Prata Augusto*, Chefe de Área.

311054201

CULTURA E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL**Gabinetes dos Ministros da Cultura e da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural****Despacho n.º 891/2018**

Considerando que nos termos do artigo 4.º do Regulamento do Espetáculo Tauromáquico (RET), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 89/2014, de 11 de junho, a Inspeção-Geral das Atividades Culturais (IGAC) é a entidade competente para assegurar a direção e assessoria dos espetáculos tauromáquicos através de delegados técnicos tauromáquicos, incumbindo-lhe, neste âmbito, manter um corpo de delegados técnicos tauromáquicos, assegurar o seu registo, emitir as respetivas credenciações e designar os delegados técnicos tauromáquicos para cada espetáculo;

Considerando que, atualmente, por força de diferentes fatores, o corpo de delegados técnicos tauromáquicos apresenta uma escassez elevada ao nível de diretores de corrida, sendo urgente integrar novos diretores para assegurar, sem sobressaltos, a época tauromáquica de 2018;

Considerando que para efeitos de seleção de delegados técnicos tauromáquicos, as matérias a incluir na prova escrita de conhecimentos e os critérios de seleção e avaliação presencial são definidos por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da cultura e da veterinária, sob proposta do Inspetor-Geral das Atividades Culturais;

Considerando que a proposta formulada é adequada aos propósitos de uma seleção rigorosa e criteriosa de possíveis candidatos ao exercício das funções, respetivamente, de diretores de corrida e médicos veterinários, que constituem o corpo de delegados técnicos tauromáquicos;

Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 5.º do Regulamento do Espetáculo Tauromáquico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 89/2014, de 11 de junho, determina-se o seguinte:

1 — O procedimento de seleção de diretores de corrida é constituído por prova escrita de conhecimentos, entrevista de seleção e avaliação presencial.

2 — O procedimento de seleção de médicos veterinários para assessorar os espetáculos tauromáquicos é constituído por entrevista de seleção e avaliação presencial.

3 — O procedimento é conduzido por um júri de avaliação constituído, no mínimo, por 3 elementos efetivos e 2 suplentes, designados pelo Inspetor-Geral das Atividades Culturais.

4 — A publicidade do procedimento de seleção é efetuada mediante aviso publicado na página eletrónica da IGAC e num jornal diário de circulação nacional, com definição dos requisitos gerais e específicos exigíveis, dos métodos a aplicar, legislação específica aplicável e número de vagas a preencher.

5 — A falta de comparência ou classificação inferior a 9,5 valores em cada uma das fases de avaliação, determina a exclusão imediata do candidato.

6 — Na fase de avaliação presencial o júri pode ser coadjuvado por delegados técnicos em funções ou outros peritos técnicos, quando tal seja considerado necessário a uma mais adequada avaliação do exercício das suas funções.

7 — As matérias a incluir na prova escrita de conhecimentos dizem respeito a questões associadas aos regimes legais de funcionamento dos espetáculos e artistas tauromáquicos, dos espetáculos de natureza artística, orgânica da IGAC e do regime geral de contraordenações, bem assim como sobre outras matérias conexas com aquelas e consideradas indispensáveis a um correto e eficaz exercício das funções em causa.

8 — A entrevista de seleção, conduzida pelo júri de avaliação, destina-se a avaliar, através de contacto interpersoal, os conhecimentos, experiência e perfil do candidato.

9 — Mediante decisão fundamentada e em função da experiência do candidato, o júri de avaliação pode dispensar de alguma ou algumas das fases do procedimento os médicos veterinários que atualmente integram o corpo de delegados técnicos tauromáquicos e que pretendam assumir a função de diretor de corrida.

10 — A avaliação presencial dos candidatos decorre em contexto prático e é destinada a comprovar as competências necessárias ao exercício das funções em causa, sendo acompanhada e avaliada pelo júri de avaliação através da atribuição das classificações de Elevado, Bom,

Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, às classificações de 20, 18, 14, 8 e 4 valores.

11 — O peso relativo de cada um dos métodos de avaliação é expresso através da seguinte fórmula:

- a) Diretores de Corrida — PEC (30 %) + ES (35 %) + AP (35 %) = CF
b) Médicos Veterinários — ES (50 %) + AP (50 %) = CF

12 — Os resultados obtidos na aplicação dos métodos de seleção serão valorados de 0 a 20, sendo considerado apto o candidato que tenha classificação igual ou superior a 9,5 valores.

9 de janeiro de 2018. — O Ministro da Cultura, *Luís Filipe Carrilho de Castro Mendes*. — 10 de janeiro de 2018. — O Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, *Luís Manuel Capoulas Santos*.
311053895

EDUCAÇÃO

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Despacho n.º 892/2018

1 — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, determino a cessação da designação, em regime de substituição, do Doutor Manuel Maria Feio Barroso, do cargo de Delegado Regional de Educação, da Direção de Serviços da Região Alentejo, da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, para o qual fora designado, pelo Despacho n.º 468/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 7, de 12 de janeiro de 2016.

2 — A licenciada Maria João de Carvalho Charrua, Chefe de Equipa Multidisciplinar na Direção de Serviços da Região Alentejo, na qualidade de inferior hierárquico imediato, assegurará as funções em regime de suplência, nos termos do disposto no artigo 42.º do Código do Procedimento Administrativo.

3 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

17 de janeiro de 2018. — A Diretora-Geral dos Estabelecimentos Escolares, *Maria Manuela Pastor Faria*.

311069333

Agrupamento de Escolas de Alvalade, Lisboa

Aviso n.º 1051/2018

Nos termos do disposto na Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação dada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que se encontra afixada na Escola Secundária Padre António Vieira e no portal eletrónico do Agrupamento de Escolas de Alvalade, Lisboa, a lista unitária de ordenação final homologada dos candidatos ao procedimento concursal comum, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, aviso n.º 14247/2017, de 28 de novembro, para preenchimento de dois postos de trabalho em regime de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a categoria de assistente operacional.

10 de janeiro de 2018. — A Diretora, *Dulce Maria Correia Rodrigues Chagas Coutinho da Costa*.

311053887

Escola Secundária D. Dinis, Coimbra

Aviso n.º 1052/2018

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a lista final de ordenação de candidatos resultante do procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de 3 postos de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, para a carreira e categoria de assistente operacional, a que se refere o aviso n.º 14425/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231, de 30 de novembro, foi homologada em 8 de janeiro de 2018 pelo diretor da escola.

A lista encontra-se afixada em local visível e público da escola e na página eletrónica desta escola.

11 de janeiro de 2018. — O Diretor, *Augusto Fonseca Nogueira*.
311055888

Agrupamento de Escolas Diogo de Macedo, Vila Nova de Gaia

Aviso n.º 1053/2018

Procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de três postos de trabalho em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo, a que se refere o Aviso n.º 14091/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 227, de 24 de novembro.

Para cumprimento do normativo constante no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, faz-se saber que foi publicitada, nos locais próprios, a lista unitária de ordenação final, após homologação, relativa ao procedimento concursal a que se refere o presente aviso.

10 de janeiro de 2018. — O Diretor, *Carlos Silva*.

311053935

Escola Secundária de Felgueiras

Aviso n.º 1054/2018

Em cumprimento do disposto no n.º 6, do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada pela Portaria n.º 145-A/2011 de 6 de abril, torna-se pública a lista unitária de ordenação final dos candidatos admitidos ao procedimento concursal comum de recrutamento para ocupação de um posto de trabalho em regime de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, a que se refere o aviso n.º 13955/2017, publicado no *Diário da República* 2.ª série no 225 de 22 de novembro de 2017.

A presente lista foi homologada em 5 de janeiro de 2018, pela diretora da Escola Secundária de Felgueiras e publicada na página eletrónica da escola e em local de estilo da mesma.

Nome	Classificação final
Rui Miguel Alves Magalhães	17,500
Sandra Cristina Pinto Ribeiro	17,250
Ricardo António Teixeira Sampaio	16,875
Sandra Maria Gonçalves Rebelo	16,750
Maria Teresa Ribeiro Faria	16,250
Cristina Marlene Mendes Ferreira	16,125
André Filipe Viana de Oliveira	15,500
Aldina Maria Almeida da Cunha	15,125
Ángela Isabel da Silva Pinto	15,000
Regina Paula Teixeira Leite	15,000
Sara Edite Ferreira da Silva	15,000
Isabel Cristina Ribeiro Amorim	14,375
Maria Joaquina Machado da Costa	14,375
Georgete Carvalho de Sousa Pereira	14,250
Daniel José Carvalho Costa Gomes	13,875
António Bessa Neto	13,750

5 de janeiro de 2018. — A Diretora, *Anabela Barbosa Leal*.

311055044

Agrupamento de Escolas Sá de Miranda, Braga

Aviso (extrato) n.º 1055/2018

Procedimento concursal publicado pelo Aviso n.º 13574/2017 — Lista unitária de ordenação final homologada

Nos termos previstos no número 6 do artigo 36.º da Portaria 83-A/2009, de 22 de janeiro, com a redação alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados ao procedimento concursal comum para preenchimento de cinco postos de trabalho, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, na categoria e carreira de assistente operacional, aberto pelo aviso (extrato) n.º 13574/2017, publicado no *Diário da República* de 15 de novembro, foi homologada, por despacho de 10 de janeiro de 2018, da Diretora do Agrupamento e encontra-se publicitada na página eletrónica do Agrupamento de Escolas Sá de Miranda (www.aesamiranda.pt) e afixada na Escola Sá de Miranda em local visível e público.

10 de janeiro de 2018. — A Diretora, *Margarida Antonieta da Rocha e Silva*.

311054242